

Foto: Ag. O Estado

Reanimar a demanda...

Estariam assistindo ao início de novo processo econômico destinado a satisfazer os que, nos círculos que apóiam o governo, entendem que só se poderá sair da crise política mediante retorno ao crescimento? As medidas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional para favorecer as vendas a prestações parecem responder a tal objetivo. Mas, mantidas as atuais taxas de juros, essas providências só exercerão um efeito limitado sobre o volume da demanda. Teme-se, apenas, que, ao entrar no caminho da demagogia, tenham as autoridades monetárias de ceder ainda mais para reanimar a demanda. O governo propôs ao CMN a liberação dos prazos para o crédito ao consumidor, inclusive no caso dos cartões de crédito, e a redução de 50% do IOF sobre aquela operação (que cai de 12% para 6%), elevando o tributo de 5% para 6% no caso do cheque especial e mantendo-o em 12% sobre os cartões. Isso sem falar das novas regras para os consórcios.

Poder-se-ia alegar que, com as taxas de juros atuais, o custo do crédito ao consu-

midor representará sério freio à demanda. Foi esta, aliás, a reação do presidente do Banco Central, que mostrou que com a manutenção da atual política monetária não existe risco de explosão do consumo. Efetivamente, um produto financiado por 12 meses, custando à vista um milhão, sairia por Cr\$ 3,7 milhões.

Há que considerar, porém, alguns aspectos importantes. A redução do IOF tem um efeito relevante: por exemplo, um produto de Cr\$ 10 milhões, que pagava antes um IOF de Cr\$ 1,2 milhão, pagará agora Cr\$ 600 mil. Trata-se, certamente, de um estímulo ao consumo. Por outro lado, o alongamento dos prazos para os pagamentos permite reduzir a prestação mensal do mutuário. Ora, para uma parte da população que não sabe calcular os juros reais, o que importa é que a prestação mensal se enquadre no seu orçamento. No quadro da inflação atual, com a indexação — ainda que parcial — dos salários, tem-se a impressão de que a prestação mensal logo se atenua...

Ainda que não haja explosão da de-

manda, pode-se prever um aumento das vendas no varejo. Este seria bem acolhido se não existisse um quadro econômico em que, na ausência de uma reforma fiscal ampla, um crescimento da demanda poderia se traduzir por uma elevação de preços e recuperação de margens de lucros. Mais ainda num momento de grande incerteza quanto à evolução da política econômica, sob o efeito dos acontecimentos políticos. A medida nada tem a ver com a experiência frutuosa da Câmara Setorial do setor automobilístico, em que o aumento da demanda se deveu à redução dos preços.

Mas há perigos maiores. O governo acaba de ceder a pressões não identificadas para alterar a política econômica. O que pode levar ao anúncio de outras medidas menos rígidas. Por outro lado, se não houver, como se esperava, uma reação da demanda, os detratores da atual política terão condições de responsabilizar as taxas de juros excessivas. Será o começo do fim da política da atual equipe econômica.